



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI

GABINETE DO PREFEITO

Rua Plácido Leite, nº 148 Centro – Fone / Fax (43) 3512-3000 - CNPJ Nº. 75.658.377/0001-31.
ARAPOTI – PARANÁ

LEI Nº. 2.267/2023

PUBLICADO EM DIÁRIO OFICIAL

Edição: 1450
Página: 02 a 23
Data: 14/11/2023

<https://diariooficial.arapoti.pr.gov.br/diariooficial/view/145020238669>

Ementa: Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2024.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPOTI, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

CAPÍTULO I DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 1º Ficam estabelecidas, nos termos desta Lei, as diretrizes gerais para a elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual do Município de Arapoti relativa ao exercício financeiro de 2024.

Art. 2º A elaboração da Proposta Orçamentária para o exercício financeiro de 2024, abrangerá os Poderes Executivo, Legislativo, Fundos e o Instituto de Previdência Social do Servidor Público Municipal de Arapoti - IPSM.

Art. 3º A estrutura orçamentária, que servirá de base para a elaboração dos orçamentos/programas para o exercício financeiro de 2024, deverá obedecer à disposição constante do Anexo I, que é parte integrante desta Lei.

Art. 4º Na estimativa das receitas serão considerados os efeitos das modificações na legislação tributária, encaminhados à Câmara Municipal até a data do envio da Proposta Orçamentária, constante do Capítulo IX da presente Lei, bem como, a variação do índice de preços e crescimento econômico e outros parâmetros.

Art. 5º A manutenção de atividades, bem como a conservação de bens públicos terão prioridade sobre as ações de expansão e novas obras.

Art. 6º Os projetos em fase de execução, desde que revalidados a luz das prioridades desta Lei, terão preferência sobre novos projetos, especialmente àqueles de interesse público relevante.

Art. 7º Serão assegurados os recursos necessários para as despesas de capital, em consonância com as atividades e projetos orçamentários relacionados com as metas e prioridades estabelecidas nesta Lei.

Art. 8º O montante das despesas não poderá ser superior ao das receitas, e não poderão ser fixadas despesas sem que sejam definidas as fontes de recursos.

Art. 9º As emendas ao projeto de Lei Orçamentária Anual, bem como aos projetos que a modifiquem, serão aprovadas se estiverem em consonância com o disposto nesta Lei, e o que estabelecido no Art. 114, § 2º, e seus incisos da Lei Orgânica Municipal.





PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI

GABINETE DO PREFEITO

Rua Plácido Leite, nº 148 Centro – Fone / Fax (43) 3512-3000 - CNPJ Nº. 75.658.377/0001-31.
ARAPOTI – PARANÁ

Art. 10 As alterações na Política para as Despesas de Pessoal obedecerão às disposições constantes do CAPÍTULO X, da presente Lei.

Art. 11 É vedada a consignação de dotações para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no Plano Plurianual ou em Lei que autorize sua inclusão, como previsto no Art. 167, § 1º, da Constituição Federal.

Art. 12 A Lei Orçamentária dispensará, na fixação da despesa e na estimativa da receita, atenção aos princípios de:

I - Prioridade de investimentos em áreas sociais;

II - Austeridade na gestão dos recursos públicos;

III - Modernização na ação governamental;

IV - Princípio do equilíbrio orçamentário, tanto na previsão como na execução orçamentária.

Art. 13 O poder Executivo é autorizado, nos termos da Constituição Federal, a:

I - Realizar operações de crédito por antecipação da receita, desde que observado o disposto no Art. 38 da Lei Complementar nº 101/2000;

II - Realizar operações de créditos até o limite estabelecido pela legislação em vigor;

III - Transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de Programação, com prévia autorização legislativa, nos termos do inciso VI, do Art. 167 da Constituição Federal;

IV - Contingenciar parte das dotações, quando a evolução da receita comprometer os resultados previstos.

V - Incluir na Lei Orçamentária Anual, convênios com outras esferas do governo para desenvolver programas na área de Educação, cultura, esportes, saúde, assistência social, agricultura, indústria e comércio, serviços, obras e urbanismo, segurança pública, justiça e cidadania e outras.

Art. 14 Na hipótese de ocorrência das circunstâncias mencionadas no *caput* do Art. 9º, II e do Art. 31, § 1º todos da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, podendo definir percentuais específicos para o conjunto de projetos, atividades e operações especiais.

§ 1º Excluem-se do *caput* deste artigo, as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do Município e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida pública.

§ 2º A limitação de empenho e movimentação financeira, decretada em razão da ocorrência de situação prevista no Art. 9º da Lei Complementar nº 101/00, não poderá atingir despesas que comprometam o atendimento às políticas destinadas à criança e ao adolescente.





PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI

GABINETE DO PREFEITO

Rua Plácido Leite, nº 148 Centro – Fone / Fax (43) 3512-3000 - CNPJ Nº. 75.658.377/0001-31.
ARAPOTI – PARANÁ

§ 3º No caso de limitação de empenhos e de movimentação financeira, de que trata o *caput* deste artigo, buscar-se-á preservar as despesas abaixo hierarquizadas:

I - Com pessoal e encargos patronais;

II - Com a conservação do patrimônio público, conforme prevê o disposto no Art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000;

§ 4º Na hipótese de ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar disponível para empenho e movimentação financeira.

Art. 15 Fica o Poder Executivo autorizado a promover as alterações e adequações de sua estrutura administrativa, desde que sem aumento de despesa, e com o objetivo de modernizar e conferir maior eficiência e eficácia ao Poder Público Municipal.

Art. 16 É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária Anual e em seus créditos adicionais, de quaisquer recursos do Município para clubes, associações de servidores e dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada de atendimento direto ao público nas áreas de cultura, meio ambiente, inclusão social, cidadania, assistência social, saúde ou educação, ou que estejam registradas no CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social.

Art. 17 A inclusão, na Lei Orçamentária Anual, de transferências de recursos para custeio de despesas de outros entes da Federação, somente poderá ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, atendidos os dispositivos constantes do Art. 62 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 18 A Lei Orçamentária somente contemplará dotação para investimentos com duração superior a um exercício financeiro, se eles estiverem contidos no Plano Plurianual ou em Lei que autorize a inclusão.

Art. 19 O Poder Executivo poderá, com autorização da Câmara Municipal.

I - Instituir, mediante lei específica, taxas pelo uso ocupação, por terceiros, do solo urbano de domínio público e o respectivo espaço aéreo, notadamente redes de eletrificação e telefonia através de posteamento e/ou dutos subterrâneos;

II - Prestar auxílios administrativos através de disponibilidade de espaço físico e recursos humanos e financeiros através de pagamento de pequenas despesas para regular o funcionamento de Órgãos dos Governos Federal e Estadual, mediante convênio;

III - Contratar aluguéis junto a pessoas físicas ou jurídicas, bem como receber a cessão ou comodato, bens móveis ou imóveis para instalação e funcionamento de órgãos ou secretarias da administração pública municipal, conforme Lei Ordinária Municipal Nº 922/2007;

IV - Prestar auxílio financeiro às associações de estudantes, objetivando a manutenção e livre acesso à Educação, conforme contido na Lei Municipal nº 693/2003;





PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI

GABINETE DO PREFEITO

Rua Plácido Leite, nº 148 Centro – Fone / Fax (43) 3512-3000 - CNPJ Nº. 75.658.377/0001-31.
ARAPOTI – PARANÁ

CAPÍTULO II DO ORÇAMENTO FISCAL

Art. 20 O Orçamento Fiscal fixará as despesas dos Poderes, Executivo e Legislativo, e estimará as receitas do Tesouro Municipal, e será encaminhado à Câmara Municipal até o dia 30 de setembro de cada exercício financeiro, nos termos do §3º do Art. 111 da Lei Orgânica Municipal.

Art. 21 Com relação aos recursos a serem transferidos a Câmara Municipal, serão observadas as normas inseridas através da Emenda Constitucional nº 25 de 14/02/2000, a saber:

I - Os recursos ser-lhe-ão entregues até o dia 20 (vinte) de cada mês, em duodécimos na mesma proporção do valor fixado em sua proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2024;

II - O total das despesas do Poder Legislativo Municipal, incluído os subsídios dos Vereadores e excluído os gastos com inativos, não poderá ultrapassar o percentual de 7% (sete por cento), do somatório da receita tributária e das transferências previstas no Art. 153, § 5º, II e nos Arts. 158 e 159 da CF, efetivamente realizadas no exercício anterior;

III - A Câmara Municipal não gastará mais de 70% (setenta por cento) de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com subsídios de Vereadores.

Art. 22 Deverá a proposta parcial do orçamento do Poder Legislativo ser encaminhada ao Poder Executivo, para inclusão na Proposta Geral de Orçamento, no prazo previsto no inciso VII do Art. 60 da Lei Orgânica.

Art. 23 Os recursos ordinários do Tesouro Municipal somente poderão ser programados para atender Despesas de Capital, depois de atendidas as Despesas com Pessoal e Encargos Sociais, Serviços da Dívida e outras despesas com custeio operacional, e obras em andamento, em especial aquelas de relevante interesse Público.

Parágrafo único - O Poder Executivo encaminhará ao Legislativo Municipal, até a data de envio do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, relatório dos projetos em andamento, conforme anexo “LRF - Relação das Obras em Andamento” (Art. 45, Parágrafo único).

Art. 24 O Município aplicará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) de sua receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, conforme disposto no Art. 212 da Constituição Federal, prioritariamente na manutenção e no desenvolvimento do ensino fundamental e na educação infantil.

Art. 25 O Município aplicará, no mínimo, 15% (quinze por cento) do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o Art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, I, “b” e § 3º da Constituição Federal, em ações e serviços públicos de saúde, conforme Art. 198, § 2º, III.





PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI

GABINETE DO PREFEITO

Rua Plácido Leite, nº 148 Centro – Fone / Fax (43) 3512-3000 - CNPJ Nº. 75.658.377/0001-31.
ARAPOTI – PARANÁ

Art. 26 As despesas com Pessoal da Administração Direta e Indireta ficam limitadas a 60% (sessenta por cento) da Receita Corrente Líquida, sendo:

- a) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo;
- b) 6% (seis por cento) para o Legislativo.

§ 1º A Receita Corrente Líquida - RCL será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês de referência e nos onze meses anteriores, excluídas as duplicidades, compondo-se do somatório das Receitas de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria, Contribuições, Patrimoniais, Industriais, Agropecuárias, de Serviços, Transferências Correntes e outras Receitas Correntes, e os valores pagos e recebidos em decorrência da compensação do ICMS, e do FUNDEB, deduzidos a contribuição dos Servidores para custeio de seu sistema de previdência e assistência social e a receita proveniente da compensação financeira pela contagem recíproca do tempo de contribuição.

§ 2º O limite mencionado no *caput* do Art. 24 abrange despesas com salários, obrigações patronais, proventos de aposentadorias e pensões, subsídios do prefeito e vice-prefeito, subsídios dos vereadores.

§ 3º Quando a despesa total com pessoal ultrapassar a 95% (noventa e cinco por cento), do limite fixado no *caput* do Art. 26, fica o Executivo Municipal obrigado a tomar as medidas necessárias de contenção, para eliminação do excesso, adotando as medidas previstas no Art. 22 e dentro dos prazos limites impostos no Art. 23, da LC n.º 101, de 05/05/2000 - LRF.

§ 4º Fica o Executivo Municipal obrigado a cumprir o disposto no *caput* do Art. 20 da Lei Complementar nº 21/2010 e Lei Complementar 07/2007 (Art.16, § 5º), no concernente à revisão geral anual aos servidores municipais, até o limite da inflação anual, medida através dos índices oficiais a título de reposição salarial, na data base do servidor municipal e se essa não houver na mesma data de concessão de reajuste pelo governo federal do salário mínimo.

§ 5º A despesa total com pessoal não ultrapassará os limites percentuais definidos na forma do Art. 20 da LRF.

§ 6º Os reajustes salariais para o pessoal do magistério serão inseridos na tabela do plano de cargos e salários da categoria, conforme dispõe a Lei Ordinária Municipal Nº 703/2003.

§ 7º Todo e qualquer aumento que extrapole os índices inflacionários deve ser, expressamente, autorizado pela Câmara Municipal, nos termos do inciso X, Art. 37 da Constituição Federal.

Art. 27 O cumprimento dos limites estabelecidos pelo Art. 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/LRF, e constantes do Art. 26 acima, poderão ser objeto de aferição a cada semestre, conforme disposto no Art. 63 da mesma lei.

Art. 28 A despesa total com pessoal será obtida, de conformidade com a LRF, através da soma da realizada no mês de referência, com a dos onze meses imediatamente anteriores, utilizando-se o regime de competência.





PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI

GABINETE DO PREFEITO

Rua Plácido Leite, nº 148 Centro – Fone / Fax (43) 3512-3000 - CNPJ Nº. 75.658.377/0001-31.
ARAPOTI – PARANÁ

Art. 29 Fica o Executivo Municipal obrigado a dar condições de operacionalização ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental, e de Valorização do Magistério, em cumprimento ao que estabelece a Emenda Constitucional nº 14/96 e a Lei Federal nº 9394/96 de 20/12/96 LDB, e Lei Ordinária Municipal nº 703/2003.

Art. 30 Somente constarão da Lei Orçamentária Anual dotações para custeio de despesas de competência de outros Entes da Federação, através de convênio, ajuste ou termo de cooperação financeira, em que sejam atribuídas aos mesmos, responsabilidade de aplicação no seu objeto, bem como, prestação de contas dos recursos recebidos nos termos do Art. 70, parágrafo único da Constituição Federal.

Art. 31 A Lei Orçamentária não poderá consignar crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada, sob pena de descaracterização e infringência aos princípios da Gestão Fiscal responsável.

Parágrafo único - Ficam ressalvadas aquelas despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do município, bem como as despesas destinadas ao pagamento de serviços de dívidas.

Art. 32 Fica vedada a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.

Art. 33 Na elaboração do Orçamento observar-se-á:

I - As receitas e despesas serão estimadas tomando-se por base o seu comportamento nos últimos 12 meses, bem como, o índice inflacionário, e as projeções do PIB e dos gastos correntes previstos de acordo com as reais necessidades de funcionamento da máquina administrativa, além da previsão de investimentos em despesas de capital;

II - O Orçamento Municipal Anual obedecerá à estrutura organizacional do Município, compreendendo seus Fundos, Órgãos e Entidades da Administração Indireta, inclusive Fundações instituídas e mantidas pelo Município;

III - Não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e fixação da despesa, permitidos apenas aqueles elencados na alínea “e”, § 3º do Art. 111 da Lei Orgânica Municipal, em face da Constituição Federal;

IV - A proposta orçamentária atenderá a um processo de planejamento permanente, a descentralização, a participação comunitária, conterà Reserva de Contingência, identificado pelo código 99.999, e compreenderá até 3% (três por cento) da Receita Corrente Líquida, servindo inclusive como recurso para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, atendidos aos requisitos previstos nesta lei;

V - As despesas com saúde não serão inferiores ao percentual definido no Art. 7º da Lei Complementar 141 de 13/01/2012;

VI - As Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária (ARO) serão realizadas, dentro dos limites impostos pelo Senado Federal, observando-se as mesmas regras do Art. 32 da LRF;





PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI

GABINETE DO PREFEITO

Rua Plácido Leite, nº 148 Centro – Fone / Fax (43) 3512-3000 - CNPJ Nº. 75.658.377/0001-31.
ARAPOTI – PARANÁ

VII - A Lei Orçamentária e os Créditos Adicionais somente poderão incluir novos projetos, depois de atendidos os projetos em andamento e contempladas as despesas de conservação do Patrimônio Público, atendidas as disposições da LDO, e desde que incluídos no Plano Plurianual, ou em Lei que autorize a sua inclusão;

VIII - O Orçamento para o exercício de 2024 será elaborado obedecendo-se a estrutura de Órgãos das unidades orçamentárias definidas no Anexo I;

IX - Os Orçamentos do Município para o ano de 2024 observarão na sua elaboração, as normas preceituadas na Lei Federal nº 4320/64, quanto às classificações a serem adotadas para as suas Receitas e Despesas.

Art. 34 Na execução do Orçamento Municipal observar-se-á:

I - As normas emanadas do Art. 116, seus incisos e parágrafos 1º e 2º, da Lei Orgânica Municipal, bem como dispositivos de Lei Federal em vigor, antes e durante sua execução;

II - As Operações de Créditos por Antecipação da Receita contratada pelo Município serão totalmente liquidadas até o dia 10 (dez) de dezembro de cada ano;

III - Fica autorizada a concessão de ajuda financeira a entidades sem fins lucrativos, prioritariamente nas áreas de Cultura, Meio Ambiente, Inclusão Social, Cidadania, Saúde, Educação e Assistência Social, obedecendo-se as seguintes normas:

a) Aprovação pelo Poder Executivo dos Planos de aplicação, apresentados pelas entidades beneficiadas;

b) Prestação de Contas das importâncias recebidas dentro do prazo fixado pelo Poder Executivo, de acordo com o Plano de Aplicação aprovado, não podendo ultrapassar 30 (trinta) dias do encerramento do exercício;

c) Fica vedada a concessão de ajuda financeira às entidades que não tiverem suas contas aprovadas pelo Poder Executivo e Poder Legislativo Municipal;

IV - É vedada a inclusão de dotações destinadas à concessão de subvenções sociais de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa específica;

V - O Executivo Municipal tomará as providências necessárias e legais, para o perfeito equilíbrio das Contas Públicas, objetivando-se atingir o Superávit Primário.

Art. 35 Fica o Poder Executivo até 30 (trinta) dias após a publicação dos Orçamentos, obrigado a:

I - Estabelecer programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso;

II - Estabelecer metas bimestrais de arrecadação, com especificação em separado, das medidas de combate à evasão e a sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, e a evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.





PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI

GABINETE DO PREFEITO

Rua Plácido Leite, nº 148 Centro – Fone / Fax (43) 3512-3000 - CNPJ Nº. 75.658.377/0001-31.
ARAPOTI – PARANÁ

Art. 36 A Lei Orçamentária somente contemplará dotação para investimentos com duração superior a um exercício financeiro, se o mesmo estiver contido no Plano Plurianual ou em lei que autorize sua inclusão.

Art. 37 A Concessão de auxílios para pessoas físicas obedecerá obrigatoriamente aos critérios estabelecidos pelos programas sociais que originam os recursos próprios do Município, e será precedida da realização de prévio levantamento cadastral objetivando a caracterização e comprovação do estado de maior necessidade dos beneficiados.

Art. 38 Na proposta orçamentária para o exercício de 2024, a discriminação da despesa quanto à sua natureza, far-se-á no mínimo, por categoria econômica, grupo de despesa e modalidade de aplicação, conforme Portaria Interministerial nº 163 de 04/05/2001.

Art. 39 O desdobramento da despesa, quanto à classificação Institucional, dar-se-á de acordo com os Órgãos e Unidades Orçamentárias discriminadas no Anexo I.

CAPÍTULO III

DO ATINGIMENTO DAS METAS FISCAIS

Art. 40 Deve o Executivo Municipal, no decorrer do exercício financeiro, com o objetivo de atingir as metas de arrecadação, implementar as políticas de ações efetivas de cobrança de tributos para fins de atingir o Superávit Primário.

Art. 41 As despesas relativas à expansão da atividade estatal, nos termos do Art. 16 da LRF, serão acompanhadas de:

I - Estimativa de Impacto Orçamentário e Financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - Declaração do Ordenador da Despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 42 Os Restos a Pagar ficam limitados a 20% (vinte por cento), da Receita Corrente Líquida anual, devendo os empenhos não liquidados e não inscritos serem cancelados, e empenhados no exercício seguinte, devendo sempre existir Receita Financeira para quitação dos empenhos a serem liquidados.

Art. 43 Serão considerados nulos os atos de que resultem em aumento de Despesas com Pessoal, que não atenda a comprovação de que:

a) Não serão afetadas as metas de resultados fiscais ou existe compensação pelo aumento da receita ou redução permanente de despesa;

b) Existe compatibilidade orçamentária e financeira através de declaração do ordenador da despesa;

c) Está sendo cumprido o limite legal de comprometimento aplicado as despesas com pessoal, ativo e inativo.





PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI

GABINETE DO PREFEITO

Rua Plácido Leite, nº 148 Centro – Fone / Fax (43) 3512-3000 - CNPJ Nº. 75.658.377/0001-31.
ARAPOTI – PARANÁ

Art. 44 Não sendo devolvido o autógrafo da Lei Orçamentária Anual até o início do exercício de 2024 ao Poder Executivo fica este autorizado a executar a Proposta Orçamentária até a sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, na sua forma original, até a sanção da respectiva Lei Orçamentária.

Parágrafo único - Para atender o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder Executivo se incumbirá do seguinte:

I - Publicar até 30 dias após o encerramento do bimestre, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO, verificando o alcance das metas, e se não atingidas, deverá realizar o contingenciamento de dotações;

II – Observada a faculdade prevista no Art. 63 da Lei de Responsabilidade Fiscal e o art. 27 desta Lei, poderá o Poder Executivo e Legislativo, emitir ao final de cada semestre, o Relatório de Gestão Fiscal - RGF;

III - O PPA, LDO, LOA, Prestação de Contas do Prefeito, Acórdãos do TCE, serão amplamente divulgados, inclusive na Internet, e ficarão à disposição da comunidade.

Art. 45 As receitas serão estimadas, tomando-se por base a arrecadação no ano anterior, trazidas a valor presente mediante a aplicação de índice inflacionário previsto para o exercício corrente, mais a previsão do PIB, mais a taxa média do crescimento vegetativo da RCL nos últimos cinco anos, mais a variável da legislação tributária e variável aleatória não recorrente, além da análise dos reflexos dos cenários econômicos, federal e estadual.

CAPÍTULO IV

DAS METAS FISCAIS

Art. 46 Em cumprimento ao estabelecido no Art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as Metas Fiscais de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e montante da Dívida Pública para o exercício de 2024, estão identificados nos Demonstrativos I a VIII desta Lei, em conformidade com a Portaria nº 495, de 06 de junho de 2017 da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Art. 47 A Lei Orçamentária Anual abrangerá as entidades da Administração Direta, Indiretas constituídas pelas Autarquias, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Seção I

Dos Demonstrativos

Art. 48 Os Anexos de Metas Fiscais referidos no Art. 45 desta Lei constituem-se dos seguintes:

- a) Demonstrativo I - Metas Anuais;
- b) Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;





PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI

GABINETE DO PREFEITO

Rua Plácido Leite, nº 148 Centro – Fone / Fax (43) 3512-3000 - CNPJ Nº. 75.658.377/0001-31.
ARAPOTI – PARANÁ

- c) Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- d) Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;
- e) Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
- f) Demonstrativo VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;
- g) Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita; e
- h) Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

Parágrafo único - Os Demonstrativos referidos neste artigo serão apurados em cada Unidade Gestora e a sua consolidação constituirá nas Metas Fiscais do Município.

Seção II

Das Metas Anuais

Art. 49 Em cumprimento ao Art. 4º, § 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o Demonstrativo I - Metas Anuais será elaborado em valores correntes e constantes, relativos às Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, para o Exercício de Referência e para os dois seguintes.

Parágrafo único - Os valores da coluna "% PIB" serão calculados mediante a aplicação do cálculo dos valores correntes, divididos pelo PIB municipal, multiplicados por 100.

Seção III

Da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior

Art. 50 Atendendo ao disposto no do Art. 4º, § 2º, "I" da LRF, o Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior tem como finalidade estabelecer um comparativo entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício orçamentário anterior, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, incluindo análise dos fatores determinantes do alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

Seção IV

Das Metas Fiscais Atuais Comparadas Com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores

Art. 51 De acordo com o Art. 4º, § 2º, II da LRF, os Demonstrativos III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores de: Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, deverão estar instruídas com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI

GABINETE DO PREFEITO

Rua Plácido Leite, nº 148 Centro – Fone / Fax (43) 3512-3000 - CNPJ Nº. 75.658.377/0001-31.
ARAPOTI – PARANÁ

anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da Política Econômica.

Parágrafo único - Objetivando maior consistência e subsídio às análises, os valores devem ser demonstrados em valores correntes e constantes, utilizando-se os mesmos índices já comentados no Demonstrativo I.

Seção V

Da Evolução do Patrimônio Líquido

Art. 52 Em obediência ao Art. 4º, § 2º, III da LRF, o Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido deve traduzir as variações do Patrimônio de cada Ente do Município e sua Consolidação.

Parágrafo único - O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Seção VI

Da Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos

Art. 53 O Art. 4º, § 2º, III do da LRF, que trata da evolução do patrimônio líquido, estabelece também, que os recursos obtidos com a alienação de ativos que integram o referido patrimônio, devem ser reaplicados em despesas de capital, salvo se destinada por lei aos regimes de Previdência Social, Geral ou Próprio, dos servidores públicos. O Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos estabelecem de onde foram obtidos os recursos e onde foram aplicados.

Parágrafo único - O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Seção VII

Da Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos

Art. 54 Em razão do que está estabelecido no § 2º, inciso IV, alínea "a", do Artigo 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO deverá conter a avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio dos Servidores Municipais, nos três últimos exercícios. O Demonstrativo VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS, seguindo o modelo da Portaria nº 495/2017-STN, estabelece um comparativo de Receitas e Despesas Previdenciárias, terminando por apurar o Resultado Previdenciário e a Disponibilidade Financeira do RPPS.

Seção VIII

Da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita





PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI

GABINETE DO PREFEITO

Rua Plácido Leite, nº 148 Centro – Fone / Fax (43) 3512-3000 - CNPJ Nº. 75.658.377/0001-31.
ARAPOTI – PARANÁ

Art. 55 Conforme estabelecido no § 2º, inciso V, do Artigo 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais deverá conter um demonstrativo que indique a natureza da renúncia fiscal e sua compensação, de maneira a não propiciar desequilíbrio das contas públicas.

§1º A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção, alteração de alíquota ou modificação da base de cálculo e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§2º A compensação será acompanhada de medidas provenientes do aumento da receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

Seção IX

Da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

Art. 56 O Artigo 17 da LRF considera obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixe para o ente obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

Parágrafo único - O Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas de Caráter Continuado destina-se a permitir possível inclusão de eventuais programas, projetos ou atividades que venham caracterizar a criação de despesas de caráter continuado.

Seção X

Da Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais das Receitas e Despesas.

Art. 57 O § 2º, inciso II, do Artigo 4º, da LRF, determina que o demonstrativo de Metas Anuais seja instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da Política Econômica.

Parágrafo único - De conformidade com a Portaria nº 699/2023-STN, a base de dados da receita e da despesa constitui-se dos valores arrecadados na receita realizada e na despesa executada nos três exercícios anteriores e das suas respectivas projeções para 2024 a 2026.

Seção XI

Da Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais do Resultado Primário.

Art. 58 A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as Receitas Não-Financeiras são capazes de suportar as Despesas Não-Financeiras gerando recursos para suportar o endividamento público.

Parágrafo único - O cálculo da Meta de Resultado Primário deverá obedecer à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, relativas às normas de Contabilidade Pública.





PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI

GABINETE DO PREFEITO

Rua Plácido Leite, nº 148 Centro – Fone / Fax (43) 3512-3000 - CNPJ Nº. 75.658.377/0001-31.
ARAPOTI – PARANÁ

Seção XII

Da Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais do Resultado Nominal

Art. 59 O cálculo do Resultado Nominal deverá obedecer à metodologia determinada pelo Governo Federal, com regulamentação pela STN.

Parágrafo único - O cálculo das Metas Anuais do Resultado Nominal deverá levar em conta a Dívida Consolidada, da qual deverá ser deduzida o Ativo Disponível, mais Haveres Financeiros menos Restos a Pagar Processados, que resultará na Dívida Consolidada Líquida, que somada às Receitas de Privatizações e deduzidos os Passivos Reconhecidos, resultará na Dívida Fiscal Líquida.

Seção XIII

Da Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais do Montante da Dívida Pública

Art. 60 Dívida Pública é o montante das obrigações assumidas pelo ente da Federação, esta será representada pela emissão de títulos, operações de créditos e precatórios judiciais.

Parágrafo único - Utiliza a base de dados de Balanços e Balancetes para sua elaboração, constituída dos valores apurados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2024 a 2026.

CAPÍTULO V

DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 61 As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2024 são aquelas definidas nos anexos do Plano Plurianual para o exercício financeiro de 2024.

§ 1º Os recursos estimados na Lei Orçamentária Anual para 2024, serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos do Plano Plurianual não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º Na elaboração da proposta orçamentária para 2024, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

§ 3º Os valores dos Investimentos em 2024, constantes do Anexo IV, são aqueles que foram inseridos no PPA - Plano Plurianual, podendo o Executivo, por ocasião da elaboração da Proposta Orçamentária para o exercício de 2024, alterá-los de acordo com os critérios estabelecidos para a fixação das despesas e a previsão das receitas acima mencionadas.

CAPÍTULO VI

DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS





PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI

GABINETE DO PREFEITO

Rua Plácido Leite, n° 148 Centro – Fone / Fax (43) 3512-3000 - CNPJ N°. 75.658.377/0001-31.
ARAPOTI – PARANÁ

Art. 62 O Orçamento para o Exercício Financeiro de 2024 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e outras que recebam recursos do Tesouro Municipal e da Seguridade Social e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional estabelecida em cada Entidade da Administração Municipal.

Art. 63 A Lei Orçamentária para 2024 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aqueles vínculos a Fundos, Autarquias, e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobradas as Despesas por Função, Sub-Função, Programa, Projeto, Atividade ou Operações Especiais e, quanto a sua Natureza, por Categoria Econômica, Grupo de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação, tudo em conformidade com as Portarias SOF/STN 42/1999 e Portaria MPOG 163/2001 e alterações posteriores, a qual deverão estar nos moldes dos Anexos exigidos pelas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

§ 1º A Proposta Orçamentária para 2024, contemplará o valor de até 0,5% do orçamento da saúde (Recursos Próprios), para manutenção do Conselho Municipal de Saúde, conforme Resolução 453/2012 do CNS, Quarta Diretriz, Parágrafo 3º.

Art. 64 O projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal será constituída do texto da lei orçamentária e dos anexos necessários para a demonstração clara e evidênciação inequívoca das receitas e despesas previstas e fixadas para o exercício de 2024.

CAPÍTULO VII

DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 65 O Orçamento para o exercício de 2024 obedecerá entre outros, ao Princípio da Transparência e do Equilíbrio entre Receitas e Despesas, abrangendo os Poderes, Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras (Art. 4º, I, "a" e Art. 48 da LRF).

Art. 66 Os estudos e os cálculos para definição da receita prevista para o exercício financeiro de 2024 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período e o crescimento econômico e a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos três últimos exercícios e a sua projeção para os dois seguintes, além de outros que forem considerados relevantes.

Parágrafo único - Até 30 dias antes do prazo para encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal e do Ministério Público, os estudos e as estimativas de receitas para exercícios subseqüentes e as respectivas memórias de cálculo (Artigo 12, § 3º da LRF).

Art. 67 Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de Resultado Primário e Nominal, os Poderes, Legislativo e Executivo, de forma proporcional às suas dotações e observadas a fonte de recursos, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as dotações abaixo (Artigo 9º da LRF):





PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI

GABINETE DO PREFEITO

Rua Plácido Leite, nº 148 Centro – Fone / Fax (43) 3512-3000 - CNPJ Nº. 75.658.377/0001-31.
ARAPOTI – PARANÁ

I - Projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;

II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III - Dotação para combustíveis, obras, serviços públicos e agricultura;

IV - Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 68 As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado em relação à Receita Corrente Líquida, programada para 2024, serão demonstradas conforme anexo desta Lei (Art. 4º, § 2º, V da LRF).

Art. 69 Constituem Riscos Fiscais capazes de afetar o equilíbrio das Contas Públicas do Município, aqueles constantes do anexo próprio desta Lei (Artigo 4º, § 3º da LRF).

§ 1º Os Riscos Fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação de 2024 e do superávit financeiro do exercício de 2023.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara Municipal, propondo anulação de despesas discricionárias não comprometidas, ou ainda a limitação de empenhos e movimentação financeira.

Art. 70 O Orçamento para o exercício de 2024 destinará recursos para a Reserva de Contingência de até 3% (três por cento) das Receitas Correntes Líquidas previstas (art.º 5º inciso III, "b" da LRF), e 10% (dez por cento) do total do orçamento de cada entidade para a abertura de Créditos Adicionais Suplementares através de ato próprio do ordenador da despesa.

§ 1º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo, e se for o caso à abertura de créditos adicionais suplementares conforme disposto no Art. 5º da Portaria MPO nº 42/1999 e Portaria STN nº 163/2001, Art. 8º (Art. 5º, III, "b" da LRF).

§ 2º Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 30 de setembro de 2024, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de Créditos Adicionais Suplementares de dotações que se tornarem insuficientes.

§ 3º Os remanejamentos de dotações que tratam de despesas com pessoal e de obrigações patronais não serão computados no percentual mencionado no *caput* deste artigo, podendo ser suplementadas ou reduzidas por meio de Decreto do Executivo Municipal.





PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI

GABINETE DO PREFEITO

Rua Plácido Leite, nº 148 Centro – Fone / Fax (43) 3512-3000 - CNPJ Nº. 75.658.377/0001-31.
ARAPOTI – PARANÁ

§ 4º Os remanejamentos de dotações para suplementar as despesas previstas no orçamento para amortização do Principal da Dívida e Juros, não serão computados no percentual mencionado no *caput* deste artigo, podendo ser suplementadas por meio de Decreto do Executivo Municipal, utilizando-se para essa finalidade anulação de dotações orçamentárias.

§ 5º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder, mediante decreto, a abertura de créditos adicionais especiais para atender despesas não previstas no orçamento, desde que estejam compatíveis com as metas físicas previstas no Plano Plurianual e somente dentro dos projetos/atividades já previstos na Lei Orçamentária Anual e desde que não altere o total dos respectivos projetos/atividades, sem prejuízo do disposto no inciso V, do Art. 116 da Lei Orgânica.

Parágrafo único - Os remanejamentos a que se referem as despesas mencionadas no § 3º, serão limitadas em até 20% do montante das despesas previstas constantes na Lei Orçamentária Anual.

Art. 71 Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 72 O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a Programação Financeira das Receitas e o Cronograma de Execução Mensal das Despesas para as Unidades Gestoras (Art. 8º, *caput*, da LRF).

Art. 73 Os Projetos e Atividades priorizados na Lei Orçamentária Anual para 2024 com dotações vinculadas e fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outras extraordinárias, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido por órgão, fundo ou despesa obrigatória. (Art. 8º Parágrafo único, e Art. 50, I da LRF).

Art. 74 A renúncia de receita estimada para o exercício de 2024, constante do anexo próprio desta Lei, deverá ser considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (Art. 4º, § 2º, V e Artigo 14, I da LRF).

Art. 75 A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica, ambiental, inclusão social, cidadania e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica (Art. 4º, I, "f" da LRF).

Parágrafo único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 dias, contados do encerramento do exercício, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade municipal (Art. 70, Parágrafo único da Constituição Federal).

Art. 76 Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário e financeiro e a declaração do ordenador da despesa, de que trata o Art. 16, incisos I e II da LRF, deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua dispensa/inexigibilidade.





PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI

GABINETE DO PREFEITO

Rua Plácido Leite, nº 148 Centro – Fone / Fax (43) 3512-3000 - CNPJ Nº. 75.658.377/0001-31.
ARAPOTI – PARANÁ

Parágrafo único - Para efeito do disposto no § 3º, Art. 16 da LRF, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2024 em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no inciso I do Art. 24 da Lei nº 8666/1993, devidamente atualizado.

Art. 77 As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito.

Art. 78 Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária.

Art. 79 A previsão das receitas e a fixação das despesas inclusas na Lei Orçamentária Anual, serão alocadas para 2024 a preços correntes.

Art. 80 A execução do orçamento da despesa obedecerá, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, a dotação fixada para cada grupo de natureza de despesa/modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo único - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e por Decreto Legislativo do Presidente da Câmara no âmbito do Poder Legislativo (Artigo 167, inciso VI da Constituição Federal).

Art. 81 Durante a execução orçamentária de 2024 o Poder Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das Unidades Gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2024.

Art. 82 O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, obedecerá ao estabelecido no Art. 50, § 3º da LRF.

Parágrafo único - Os custos serão apurados através de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício (Art. 4º, I, alínea "e" da LRF).

Art. 83 Os programas priorizados por esta Lei e contemplados no Plano Plurianual, que integrem a Lei Orçamentária Anual de 2024 serão objeto de avaliação permanente, pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos e corrigir os desvios e avaliar os seus custos no cumprimento das metas fiscais estabelecidas.

CAPÍTULO VIII

DA DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 84 A Lei Orçamentária de 2024 poderá conter autorização para contrair operações de crédito para suporte das despesas de capital até o limite de endividamento de 16% da





PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI

GABINETE DO PREFEITO

Rua Plácido Leite, nº 148 Centro – Fone / Fax (43) 3512-3000 - CNPJ Nº. 75.658.377/0001-31.
ARAPOTI – PARANÁ

Receita Corrente Líquida tomando-se por base a receita corrente líquida de até 2 (dois) meses anteriores ao mês de apresentação do pleito ou da documentação completa, apurada conforme estabelece o Art. 4º, §4º da Resolução 43/01 do Senado Federal.

Art. 85 A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (Art. 32, § 1º, I, da LRF).

Art. 86 Ultrapassado o limite de endividamento e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá Resultado Primário necessário para recondução da dívida ao limite através da limitação de empenho e movimentação financeira (Art. 31, § 1º, II, da LRF).

CAPÍTULO IX

DA ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 87 O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios serem considerados no cálculo do orçamento da receita e serem, também, objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes (Art. 14 da LRF).

Art. 88 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita (Art. 14, § 3º, II da LRF).

Art. 89 O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (Art. 14, § 2º da LRF).

Art. 90 Fica o Município Autorizado a:

I - Rever os valores do Imposto Predial e Territorial Urbano, através da atualização da Planta Genérica de Valores, até o limite de crescimento da inflação, aumentos superiores deverão ser objeto de Anteprojeto de Lei enviado à Câmara Municipal;

II - Calcular, cobrar e lançar o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS).

CAPÍTULO X

DAS DESPESAS COM PESSOAL

Art. 91 O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2024, criar cargos e funções, alterar estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou caráter temporário na forma da Lei, observados os limites e regras da LRF (Artigo 169, § 1º, II da Constituição Federal).

Parágrafo único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2024.





PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI

GABINETE DO PREFEITO

Rua Plácido Leite, nº 148 Centro – Fone / Fax (43) 3512-3000 - CNPJ Nº. 75.658.377/0001-31.
ARAPOTI – PARANÁ

Art. 92 Ressalvada a hipótese do inciso X, do Artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes em 2024, executivo e legislativo, não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida, o índice imposto pelo Art. 20, III da LRF.

§ 1º Recebido o alerta do Tribunal de Contas, de que trata o Artigo 59, §1º, II, o Poder que incorreu em excesso adotará as medidas previstas para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite, nos termos dos Arts. 22 e 23.

Art. 93 Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as Despesas com Pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no Artigo 20, III da LRF (Artigo 22, Parágrafo único, V da LRF).

Art. 94 O Executivo Municipal adotará medidas para reduzir as Despesas com Pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 da LRF (§ 3º do art. 169 da Constituição):

I - Redução em pelo menos vinte por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança;

II - Exoneração dos servidores não estáveis.

Art. 95 Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra, referente substituição de servidores de que trata o Art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34" - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de contratos de terceirização.

CAPÍTULO XI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 96 Não se admitirão emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual que vise conceder dotações para instalação ou funcionamento de órgão que não esteja legalmente constituído.

Art. 97 Na Lei Orçamentária Anual para 2024 a discriminação das despesas para os Orçamentos do Município, far-se-á nos termos da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964.





PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI

GABINETE DO PREFEITO

Rua Plácido Leite, nº 148 Centro – Fone / Fax (43) 3512-3000 - CNPJ Nº. 75.658.377/0001-31.
ARAPOTI – PARANÁ

Parágrafo único - A despesa orçamentária obedecerá à classificação por Categoria Econômica, Grupo de Despesa e Modalidade de Aplicação, Elemento de Despesa e Fontes de Recursos.

Art. 98 Poderá constar no Projeto de Lei Orçamentária, o produto de Operações de Crédito, com destinação específica vinculada a Projeto, devendo-se ser respeitado o que estabelece o Artigo 35, inciso I, alíneas “a” e “b”, da Lei Orgânica Municipal, bem como, os limites impostos pelas Resoluções nº 40/2001 e 43/2001, do Senado Federal, e suas modificações.

Art. 99 Fica ainda o Executivo Municipal autorizado a proceder, se necessário, a correção dos valores do Orçamento, mediante a aplicação dos termos elencados no inciso I, do Artigo 33 desta Lei, sempre respeitando os Princípios do Equilíbrio Orçamentário e da Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único - As correções de que trata o *caput* serão deverão ser justificadas mediante apresentação de memória de cálculo que suporte essas correções.

Art. 100 A divulgação dos Relatórios, Anexos e Demonstrativos, de que trata o Artigo 54, da LRF, poderão ser publicados semestralmente conforme faculdade prevista no Artigo 63 da mesma Lei.

Art. 101 Se a Despesa de Pessoal atingir o nível de que trata o Parágrafo único do Artigo 22 da Lei Complementar nº 101/2000, a contratação de horas extras ficará restrita a necessidades emergenciais das áreas de Saúde, Educação e Segurança.

Art. 102 O Poder Executivo realizará estudos visando à definição de Sistema de Controle de Custos e Avaliação de Resultados das Ações de Governo.

Parágrafo único - A alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual será feita diretamente à Unidade Orçamentária responsável pela sua execução, de modo a evidenciar o custo das ações e propiciar a correta avaliação dos resultados.

Art. 103 O Poder Executivo poderá, mediante Autorização Legislativa, formar consórcios com outros municípios para desenvolver projetos ou atividades de interesse comum, e estabelecer formas de cooperação com entidades públicas e privadas para desenvolvimento de programas nas áreas de educação, cultura, saúde, assistência social, segurança, indústria, comércio, serviços e outras áreas de sua competência, inclusive, mediante observância das normas e adoção dos instrumentos previstos na Lei Federal nº 13019/2014.

Art. 104 O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificação nos projetos de Lei relativos ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias, ao Orçamento Anual e aos Créditos Adicionais enquanto não iniciada a votação, no tocante às partes cuja alteração é proposta.

Art. 105 O Poder Executivo enviará, nos prazos previstos na Lei Orgânica, o Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2024 à Câmara Municipal que o apreciará e o devolverá para sanção até o final da Sessão Legislativa.





PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI

GABINETE DO PREFEITO

Rua Plácido Leite, nº 148 Centro – Fone / Fax (43) 3512-3000 - CNPJ Nº. 75.658.377/0001-31.
ARAPOTI – PARANÁ

Art. 106 Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2024, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária original.

Art. 107 Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria.

Art. 108 Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo, nos termos do Art. 167, XI, § 2º da Constituição Federal.

Art. 109 O Executivo Municipal está autorizado a assinar Convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 110 O Poder Executivo poderá encaminhar Projeto de Lei para propor modificações nos Projetos de Lei, relativo ao Plano Plurianual - PPA, às Diretrizes Orçamentárias - LDO ao Orçamento Anual - LOA, por ocasião do envio da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, no sentido de promover adequações nos anexos da receita e despesa ajustando os seus valores, promovendo alteração da programação funcional-programática e incluindo ou excluindo novos projetos e atividades.

Art. 111 Por ocasião do envio da LOA - Lei Orçamentária Anual para 2024 os valores consignados na mesma, no tocante as Metas Fiscais estabelecidas para o exercício acima, sejam conflitantes com o Anexo de Metas e Riscos Fiscais, em razão da necessidade de alteração da previsão de receita orçamentária, ou alteração nas previsões de despesa, fica o Poder Executivo autorizado a alterar através de Lei específica os valores constantes dos Anexos de Metas Fiscais, que está sendo encaminhado juntamente com esta Lei, através de Lei Municipal específica, que será encaminhada na mesma data de envio da LOA.

Art. 112 O Orçamento na sua classificação da despesa orçamentária descerá ao nível de elemento de despesa, que será desdobrado por fontes de recursos. Caberá à Secretaria de Fazenda juntamente com as Secretarias do Município, através da elaboração da Programação Financeira de Desembolso, desdobrar os referidos elementos por fontes de recursos, no sentido de aperfeiçoar a execução orçamentária.

Art. 113 Fica o Executivo Municipal autorizado a contratar locação de imóveis na Sede Municipal ou nos Distritos, necessários à instalação de órgãos, entidades ou unidades descentralizadas do Governo Federal ou Estadual, referentes a serviços necessários ao Município, devendo existir autorização legislativa.

Parágrafo único - Fica vedada a contratação de aluguéis e a prorrogação de contratos já existentes, caso o Município tenha imóveis adequados ao fim que se destina a locação, sem prévia autorização legislativa.

Art. 114 Ficam o Poder Executivo, Legislativo e o Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Arapoti-IPSM, autorizados a abrir Créditos Adicionais Suplementares até o limite de 10% (dez por cento) de suas respectivas despesas.





PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI GABINETE DO PREFEITO

Rua Plácido Leite, nº 148 Centro – Fone / Fax (43) 3512-3000 - CNPJ Nº. 75.658.377/0001-31.
ARAPOTI – PARANÁ

Art. 115 O Poder Executivo Municipal poderá na Lei Orçamentária Anual - LOA do exercício de 2024 e modificações subsequentes, alterar as Secretarias Municipais, que atualmente são Unidades Orçamentárias, em Unidades Gestoras, o que propiciará melhor controle de seus gastos, com elaboração de relatórios contábeis específicos.

Art. 116 Esta Lei entra em vigor no dia 1º de janeiro de 2024.

Paço Municipal Vereador Claudir Dias Novochadlo.
Gabinete do Prefeito, em 14 de novembro de 2023.

-IRANI JOSÉ BARROS-
Prefeito Municipal

Autor: Poder Executivo





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 8ADC-6C00-3481-0423

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ IRANI JOSÉ BARROS (CPF 654.XXX.XXX-06) em 14/11/2023 16:14:03 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://arapoti.1doc.com.br/verificacao/8ADC-6C00-3481-0423>